

PARLAMENTO EUROPEU



EDIÇÃO ESPECIAL

*DIRECÇÃO DA PROGRAMAÇÃO
DOS TRABALHOS PARLAMENTARES*

**CONSELHO EUROPEU
12 de Dezembro de 2003
Bruxelas**

**DISCURSOS DO PRESIDENTE PAT COX
CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA**



07/S-2003

Direcção-Geral da Presidência

PT

PT

(Intranet) <http://www.euoparl.ep.ec/bulletins> (Special Edition 2003)
(Internet) <http://www.euoparl.eu.int/bulletins> (Special Edition 2003)

\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\Bruxelles

DISCURSOS

**INTERVENÇÃO DO
PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU PAT COX
NO
CONSELHO EUROPEU**

BRUXELAS, 12 DE DEZEMBRO DE 2003

Gostaria, hoje, de felicitar a Presidência italiana por ter conseguido levar por diante algumas questões importantes: crescimento, controlos fronteiriços, multilateralismo eficaz. Gostaria também de prestar homenagem a esta Presidência pela autoridade que demonstrou, tanto a nível político como a nível diplomático, e, em particular, a Sua Excelência O Senhor Embaixador Vattani, que desempenhou um papel relevante neste domínio. Os *dossiers* da co-decisão avançaram consideravelmente. Gostaria de salientar um em especial. Na próxima semana, o Parlamento Europeu votará os resultados da conciliação em matéria de *ecopontos*, uma questão que suscita preocupações especiais a um Estado-Membro. No Parlamento Europeu, estaremos preparados para acelerar os nossos procedimentos no que respeita à *Euro-vignette*, desde que também o Conselho esteja preparado para acelerar o ritmo.

ACÇÃO EUROPEIA TENDO EM VISTA O CRESCIMENTO

O Parlamento Europeu, tal como já referi quando nos reunimos há dois meses, apoia a acção que visa reforçar o crescimento, incluindo as iniciativas para a inovação e a I&D, as RTE e o "programa de acção rápida".

Congratulo-me com o relatório do grupo de trabalho dirigido por Wim Kok e espero que ele leve os Estados-Membros a acelerar o processo de reformas. Algumas pessoas pensam tratar-se de mais um de uma série de relatórios alarmistas e advertem os Estados-Membros da UE para o risco de falharem na consecução dos objectivos estabelecidos em Lisboa, exortando-os a colmatar a lacuna existente entre a retórica e as reformas. O relatório do grupo de trabalho faz tudo isso, mas, adicionalmente, contém mensagens específicas para cada país, não só com censuras mas também com louvores.

Esta abordagem exerce uma nova pressão sobre os países que são lentos a desenvolver o seu processo de reformas. A difusão das "melhores práticas" incentiva também as reformas de um modo positivo, transmitindo a mensagem de que as iniciativas de reforma não têm necessariamente de ser "um salto no escuro". Alguns Estados-Membros têm experiências de que os outros podem retirar conclusões construtivas.

Espero que o relatório do grupo de trabalho se tenha revelado útil quando retomarmos a avaliação dos progressos realizados sob a Presidência irlandesa. Aproxima-se o quarto aniversário da Agenda de Lisboa - seria bom podermos festejá-lo constatando que se registaram verdadeiros e substanciais progressos.

Não é nenhum segredo que a Agenda de Lisboa se encontra em dificuldades - embora eu não conheça ninguém que não seja a seu favor. Todos a apoiam, mas verifiquei que os diferentes actores tendem a centrar-se em diferentes aspectos. Alguns gostam de salientar a *competitividade dinâmica* e esquecem a *sustentabilidade*; outros sublinham a *coesão social* e deixam de lado as *reformas estruturais*.

Temos de deixar de escolher apenas aquilo que nos agrada. Necessitamos de uma abordagem globalizante e de tratar dos objectivos na sua totalidade. As reformas económicas não são o inimigo da solidariedade social, mas a sua base de sustentação.

Um aspecto das conclusões propostas a que gostaria de dar um especial relevo é a decisão de canalizar uma parte significativa do financiamento económico e social posterior a 2006 para o investimento em capital humano e a aprendizagem ao longo da vida.

Penso que, no que respeita às próximas perspectivas financeiras, deveríamos analisar os objectivos das nossas despesas, assim como avaliar se os instrumentos utilizados são adequados. Se uma maior produtividade e um maior crescimento constituírem um objectivo prioritário, haverá razões sólidas para gastar os nossos recursos de uma forma que promova mais o crescimento.

JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS

De um modo geral, o Parlamento Europeu apoia a criação de uma Agência Europeia das Fronteiras, que respeite o princípio da solidariedade entre os Estados-Membros e que possa proporcionar um claro valor acrescentado comunitário num espaço em que já não existem fronteiras internas.

Congratulo-me particularmente, no espaço de tempo que decorreu desde a minha última declaração sobre este assunto, com os verdadeiros progressos concretos levados a cabo no Conselho sectorial sobre as diferentes propostas legislativas. Os cidadãos esperam que haja resultados práticos e tangíveis, nomeadamente num domínio de interesse imediato e directo para eles, como, por exemplo, as regras em matéria de asilo, regresso e imigração ilegal.

Há ainda trabalho a fazer, e recordo, em particular, o compromisso que Vossas Excelências assumiram no sentido de aprovarem normas mínimas sobre questões relativas ao asilo e ao estatuto dos refugiados até ao final do corrente ano. Trata-se de prazos importantes para os cidadãos e não podem ser ignorados.

Diálogo entre religiões

Em 25 de Setembro, assinei, juntamente com o Presidente Schieder da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, uma Declaração sobre a Carta dos Partidos Europeus para uma Sociedade Não Racista, recordando o nosso empenhamento mútuo e o papel dos partidos políticos no combate à discriminação. Reafirmámos o objectivo comum de construir uma Europa de valores, na qual deixem de existir todas as formas de intolerância e de perseguição, incluindo as que se baseiam em questões de raça, cor, origem étnica ou nacionalidade.

Apoio firmemente os sentimentos expressos nas conclusões e associo-me à condenação de todas as manifestações de anti-semitismo, particularmente os actos de violência contra pessoas ou os ataques a locais de culto.

No Parlamento Europeu, atribuímos uma grande importância às iniciativas construtivas levadas a cabo pela Presidência italiana para fomentar o diálogo entre as religiões como instrumento para promover a paz, a tolerância e a coesão social.

ALARGAMENTO

Tal como Vossas Excelências, também o Parlamento Europeu aguarda ansiosamente a adesão dos dez novos membros em 1 de Maio de 2004, como a coroação do esforço da nossa geração.

O Parlamento tomou devidamente nota dos relatórios de acompanhamento da Comissão apresentados em 5 de Novembro de 2003 e insta os novos Estados-Membros a demonstrarem a sua determinação em ultrapassar as dificuldades subsistentes que foram salientadas e em cumprir a parte que lhes cabe no nosso mútuo contrato de expectativas, assegurando que a adesão possa prosseguir calmamente conforme previsto.

Bulgária e Roménia

Os relatórios de acompanhamento da Comissão confirmaram os diferentes progressos registados pela Bulgária e pela Roménia nos seus preparativos para a adesão . O objectivo comum de adesão em 2007 é realista, e não deveríamos abrandar o nosso empenhamento e a nossa determinação em cooperar. Também não deveríamos renegar o princípio dos "méritos próprios": um Estado candidato tem o direito de ser avaliado pelos seus méritos próprios, independentemente de considerações políticas de outra ordem. Do mesmo modo, o nosso empenhamento exige uma reciprocidade plena de esforços por parte dos candidatos: esperamos que sejam plenamente cumpridas as promessas feitas. Não é segredo que determinados sectores, nomeadamente a capacidade administrativa e judicial, ainda exigem uma atenção e cuidados especiais.

Turquia

Os progressos registados pela Turquia no ano transacto, sob a liderança do Primeiro-Ministro Erdogan, ultrapassam certamente os esforços envidados por anteriores governos durante quatro décadas. Reconhecemos e congratulamo-nos com o impulso altamente positivo da reforma legislativa em curso. A Turquia aproximou-se do cumprimento dos critérios de Copenhaga, facto que temos de reconhecer. A Comissão apontou as lacunas existentes, nomeadamente no sector da implementação, e chamou a atenção para o que ainda há a fazer.

A resolução do conflito de Chipre não constitui uma condição prévia para a Turquia: não podem impor-se condições prévias após a Cimeira de Helsínquia. No entanto, é um facto inegável que o clima do nosso compromisso com a Turquia melhoraria consideravelmente se se conseguisse uma solução para a questão de Chipre antes de 1 de Maio de 2004.

Chipre

Sejam quais forem os resultados das eleições em Chipre Setentrional no próximo domingo, partilhamos da esperança de que esta última oportunidade possa dar a todos os cidadãos de Chipre a perspectiva de aderirem ao espaço de paz, estabilidade e prosperidade que é a União Europeia. Não deveríamos poupar esforços para incentivar este processo.

Balcãs Ocidentais

Visitei a região dos Balcãs Ocidentais em Outubro do corrente ano e fiquei agradavelmente surpreendido com o que considere ser uma atitude nova e positiva, coerente com a vocação europeia de todos os Estados. Temos de incentivar e promover o impulso na direcção da Europa. Há que incentivar os Estados a cooperarem entre si, não só em termos económicos e comerciais, mas na sua luta comum contra o crime organizado. Esta nova rede de relações de cooperação e de trabalho na persecução de objectivos comuns poderá constituir uma preparação preciosa para a adesão. Temos de fomentar os esforços desenvolvidos, por exemplo, pela Croácia e pela ex-República Jugoslava da Macedónia e de reconhecer os progressos registados.

Temos, sobretudo, de pensar nas implicações estratégicas da via tão bem delineada na nossa reunião de Salónica e de levar em consideração o nosso interesse político europeu quando analisarmos a planificação para os próximos anos e as suas implicações financeiras e de outra índole.

Há boas razões para sermos optimistas e para acreditarmos na capacidade da União Europeia para realizar um processo de "reconciliação criativa". Talvez o que melhor o simbolize sejam os recentes gestos de reconciliação: em primeiro lugar, entre os Presidentes da Sérvia e do Montenegro e da Croácia e, depois, entre os Presidentes da Sérvia e do Montenegro e da Bósnia-Herzegovina. Também não deveríamos esquecer facilmente que a perspectiva europeia pode ser destruída pelo recrudescimento de um nacionalismo populista. A perspectiva europeia para estes países, depois de Salónica, já não se traduz em declarações ambiciosas, mas em planos de acção e em referências claras a determinadas normas, e no respeito dos critérios estabelecidos pela Comissão Europeia para os países da Europa Central e Oriental.

Parceria Euro-Mediterrânica

Na semana passada, inaugurei a primeira Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica. Trata-se de um importante passo em frente no que respeita ao processo de Barcelona, um passo que irá dar um novo impulso democrático numa cooperação verdadeira, profunda e trans-sectorial com os nossos parceiros mediterrânicos.

Gostaria de chamar a vossa atenção para a participação activa e positiva dos representantes do Knesset e do Conselho Legislativo Palestíniano. Espero que, na primeira reunião da nova Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, que terá lugar sob a Presidência irlandesa nas instalações do Parlamento helénico, seja possível a participação do Presidente do Conselho e do Presidente da Comissão.

POLÍTICA EXTERNA

Estados Unidos

Congratulo-me vivamente com a Declaração sobre as Relações Transatlânticas e com a alta prioridade que Vossas Excelências concederam à nossa parceria com os Estados Unidos. Podem contar com o nosso pleno apoio. O Parlamento está profundamente empenhado num diálogo construtivo, que retira força dos valores comuns subjacentes à nossa relação.

Neste contexto, gostaria de salientar um aspecto, em nome do Parlamento. Gostaria de manifestar as nossas preocupações específicas sobre a Baía de Guantánamo. Estamos preocupados com a violação dos direitos fundamentais de cidadãos da União Europeia. Mas a nossa preocupação com a inexistência de um processo justo estende-se a todos os detidos: é moralmente inaceitável limitar a expressão desta preocupação aos nossos cidadãos. Queremos um julgamento justo para todos os prisioneiros.

Precisamente numa fase em que estamos a reforçar as nossas relações transatlânticas, a nossa amizade sincera não deveria excluir as nossas preocupações sinceras. Não deveríamos recluir a questão de Guantánamo na ordem do dia da próxima Cimeira UE/EUA.

Rússia

É muito oportuno, em minha opinião, no próprio dia em que a Rússia celebra, orgulhosamente, o seu "Dia da Constituição", recordar, nesta assembleia, que é do nosso interesse mútuo que a Rússia respeite as mais elevadas normas democráticas e constitucionais.

No Parlamento, temos preocupações muito profundas: acerca das recentes eleições - livres, mas não justas, segundo a avaliação dos observadores do Conselho da Europa; acerca da liberdade dos meios de comunicação social e da crise por resolver na Chechénia; acerca das declarações de alto nível de que a Rússia poderá não ratificar o Protocolo de Quioto (com as consequências que isso teria para esse acordo internacional, que todos nós muito bem conhecemos). Gostaria de sugerir, a este respeito, que a Comissão seja mandatada urgentemente para proceder ao acompanhamento da Conferência de Quioto que se realizará em Milão. A participação da Rússia é indispensável se quisermos que o Protocolo de Quioto entre em vigor.

É um facto que deveríamos aprofundar a nossa cooperação económica com base na Declaração de São Petersburgo. Mas uma parceria implica uma certa reciprocidade e o respeito pelos valores fulcrais da nossa empresa europeia, incluindo o valor da democracia pluralista e o respeito pelas liberdades fundamentais.

Estratégia em matéria de segurança e defesa

Gostaria de prestar homenagem ao trabalho que Vossas Excelências estão a desenvolver actualmente no domínio da política de defesa, e às três operações de crise levadas a cabo com êxito no âmbito da PESD. É de saudar a ênfase colocada no conteúdo operacional, com base na complementaridade e na subsidiariedade.

Gostaria também de salientar a importância que atribuímos à adopção do documento apresentado pelo Alto Representante Javier Solana, que constitui um passo importante para a concessão de uma prioridade clara aos nossos interesses e objectivos no domínio da política externa e de segurança.

UE/Nações Unidas

Para o Parlamento Europeu, uma estratégia no domínio da segurança só poderá ser desenvolvida com base no multilateralismo e no sistema das Nações Unidas. No próximo dia 29 de Janeiro, iremos receber a visita de Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas, que irá receber o Prémio Sakharov, em nome das Nações Unidas, e prestaremos homenagem à memória dos funcionários das Nações Unidas que perderam a vida no exercício do seu dever. Esse dia será também uma boa ocasião para o Parlamento adoptar uma estratégia que vise sublinhar a sua contribuição para o reforço do multilateralismo eficaz. Congratulamo-nos vivamente com a iniciativa conjunta, sem precedentes, levada a cabo pela União Europeia e pelas Nações Unidas no que respeita à cooperação no domínio da gestão de crises.

CIG

Esta tarde, reunir-se-á a Conferência Intergovernamental, e terei oportunidade de apresentar os nossos pontos de vista. A CIG não é apenas um órgão burocrático: possui uma integridade própria e estão em jogo questões de extrema importância para os Estados-Membros. Gostaria de vos pedir que tratem, com espírito europeu, todas estas questões, com vista a conseguir um compromisso eficaz e não um menor denominador comum.

Gostaria também de fazer um apelo - não deixemos questões pendentes! Asseguremos que as questões pendentes não se sobreponham às decisões efectivamente tomadas.

Procedendo deste modo, daremos à Europa uma boa Constituição.

**DISCURSO DE PAT COX,
PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU, NA CONFERÊNCIA
INTERGOVERNAMENTAL DE**

12 DE DEZEMBRO DE 2003, EM BRUXELAS

Para começar, gostaria de salientar o quanto o Parlamento apreciou os enormes esforços que Vossa Excelência, Senhor Presidente, o Sr. Frattini e os seus colegas na Presidência italiana envidaram para nos trazer até este ponto decisivo na CIG. Nas propostas de compromisso que formulou em várias etapas do processo, a Presidência italiana tentou manter-se tão perto quanto possível dos resultados da Convenção, a qual, todos estamos de acordo, constituía a base para o trabalho da CIG e foi assinada por todos os nossos governos, por representantes de todos os parlamentos e pelo Parlamento Europeu.

Os resultados do nosso trabalho exigirão a ratificação em todos os Estados-Membros, com referendos num número significativo de países. Para obter a aceitação pública deste projecto será necessária uma promoção sustentada das vantagens que a Constituição poderá trazer:

- coerência nas nossas políticas externas, um sistema de tomada de decisão mais eficaz no nosso trabalho legislativo,
- acção concertada no que se refere a questões de segurança interna, imigração e asilo,
- protecção dos nossos valores comuns mediante a incorporação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia no Tratado,
- uma dimensão parlamentar reforçada através da atribuição de um papel mais importante aos parlamentos nacionais e ao Parlamento Europeu,
- reformas democráticas para todas as nossas Instituições, e
- uma reorientação dos esforços da UE de forma a que estes se concentrem nos sectores em que a Europa, trabalhando em conjunto, traz valor acrescentado às acções dos Estados-Membros.

Gostaria de vos pedir, a vós, dirigentes políticos, que dêem mais ênfase aos aspectos positivos do Tratado Constitucional e, talvez, um pouco menos de ênfase à sensação de ameaça contra a soberania nacional. A tinta vermelha não deve impedir a leitura do texto impresso, embora se deva reconhecer que o trabalho da CIG não consiste simplesmente em referendar os resultados da Convenção. Julgamos que Vossas Excelências conseguirão, com êxito, reacender o entusiasmo público, em vez de continuar a ceder terreno aos euro-cépticos.

O Tratado revestir-se-á de grande valor se conseguir uma solução constitucional. Talvez eu ainda não tenha alcançado o discernimento histórico do Presidente Giscard d'Estaing, e seguramente ainda não alcancei a sua longevidade - *je ne suis pas parmi les immortels* -, pelo que compreenderão que eu não encare este Tratado como algo que não deva ser alterado durante 50 anos, mas, pelo menos, não nos deveríamos estribar na sua própria obsolescência. O problema com os nossos anteriores Tratados é que fomos obrigados a iniciar a negociação de um Tratado seguinte antes de termos terminado o processo de ratificação de um Tratado anterior. Pelo menos, devemos tentar evitar incluir neste Tratado o mandato para a próxima CIG.

Por conseguinte, o Parlamento Europeu é de opinião que não devem existir cláusulas evolutivas com prazo determinado, embora aceitemos que determinadas disposições possam apenas entrar em vigor após terem decorrido vários anos, devendo ser acompanhadas de controlos e avaliações adequados. A História ensinou-nos que as questões pendentes de Maastricht não foram verdadeiramente solucionadas em Amesterdão, que as questões não resolvidas em Amesterdão não foram de facto solucionadas em Nice e que uma Europa a 25 e, em breve, ainda maior, necessita de um quadro constitucional que se mantenha estável durante um período de tempo razoável, de forma a podermos, então, dar a nossa atenção às verdadeiras preocupações dos nossos eleitores - emprego, segurança e crescimento sustentável. Acima de tudo, poderíamos concluir esta fase de permanente reelaboração e remendo constitucional.

Convidaram-me para participar no vosso trabalho trazendo o ponto de vista parlamentar às vossas deliberações. Com a vossa autorização, preferiria reservar as minhas observações mais pormenorizadas sobre problemas específicos relativamente aos quais o Parlamento tem uma contribuição a dar para quando chegarmos a esses pontos da ordem de trabalhos. O Parlamento tem a sua própria posição institucional, mas tem o dever mais lato de vos aconselhar - e apenas esse - sobre questões específicas que dizem respeito ao interesse europeu geral.

As vossas discussões sobre os domínios a cobrir pela votação por maioria qualificada e as modalidades de organização dessa mesma votação serão, certamente, difíceis. A apreciação global do Parlamento será feita em resposta a uma questão muito simples: esta solução melhora ou enfraquece a capacidade de actuação da União? Sabemos que, nesta fase da integração europeia, não é possível aplicar a votação por maioria qualificada em todos os casos, e aceitámos isso quando aprovámos os resultados da Convenção.

Outras reduções significativas da votação por maioria qualificada, ou tornar mais fácil bloquear decisões na União Europeia, poderiam dar uma segurança superficial à opinião pública nos Estados-Membros, a curto prazo; a longo prazo, no entanto, correria o risco de comprometer a nossa capacidade de acção e exacerbaria as frustrações públicas acerca da relevância e da capacidade da Europa para resolver os verdadeiros problemas dos cidadãos.

Impõe-se referir que algumas das alterações de compromisso da Presidência italiana, em particular as que envolveriam o recurso à suspensão de procedimentos com referência ao Conselho Europeu - nos domínios do direito civil e penal - perturbariam aquilo que deveria ser o normal equilíbrio institucional no processo legislativo.

Há uma preocupação parlamentar específica sobre uma questão: as disposições relativas ao financiamento da União e ao seu processo orçamental. O Parlamento apoia o resultado equilibrado da Convenção: os Estados-Membros chegam a acordo quanto aos recursos próprios, o Conselho decide no tocante às Perspectivas Financeiras plurianuais com a aprovação do Parlamento e um processo orçamental simplificado.

O ECOFIN e certas delegações nacionais avançaram ideias diferentes. Algumas destas propostas minariam o controlo parlamentar do orçamento, não apenas comparando com as conclusões da Convenção de 2003, mas também comparando com o tratado orçamental de 1975. Baseiam-se estas ideias, no nosso entender, num equívoco. Desde o nosso Acordo Interinstitucional de 1988 sobre o quadro plurianual, todos os anos as nossas Instituições têm chegado a acordo sobre o orçamento.

Em nenhum dos anos o Orçamento esgotou os seus recursos próprios.

Dos dois ramos da autoridade orçamental, o Parlamento exerceu maior contenção sobre o crescimento da despesa do que o Conselho no período de 1988 a 2003 (um total agregado de 21 mil milhões de euros para as áreas discricionárias do Parlamento e de 33 mil milhões de euros para o Conselho), e, como referiu o Presidente do Tribunal de Contas esta semana, o principal problema orçamental com que nos defrontámos é que nós não utilizamos anualmente uma parte do orçamento equivalente a cerca de 15 mil milhões, significativamente menos do que o orçamento global acordado pelas nossas Instituições. Esta subutilização pode ser uma boa notícia para os contabilistas nos nossos tesouros nacionais, mas indica que não estamos a cumprir os nossos objectivos políticos, quer se trate de agricultura, de Fundos Estruturais ou das nossas despesas externas.

Nada nos prova que se possa supor que as novas propostas orçamentais feitas pela Convenção levarão a uma mudança de direcção em termos de orçamento. Pelo contrário, a partilha de responsabilidades entre o Parlamento e o Conselho sobre o conjunto do orçamento e sobre o quadro plurianual é a direcção a seguir. A alternativa ECOFIN constitui um recuo; é contrária à evidência orçamental, a toda a lógica do Tratado Constitucional e aos nossos esforços a longo prazo para democratizar o nosso trabalho através de um reforço do controlo parlamentar. Não rejeito, à partida, algumas das ideias contidas nas mais recentes propostas, mas tenho de vos alertar para a profunda importância desta questão para o Parlamento, porque os poderes em matéria orçamental, o controlo dos cordões da bolsa, estão no cerne da democracia parlamentar, não apenas na Europa mas também nos Estados-Membros. Observaria que, quando nos encontrámos na semana passada com parlamentares nacionais da Convenção, houve um consenso quanto ao facto de os direitos do Parlamento, especialmente no referente ao processo orçamental, não deverem ser postos em risco.

O meu principal dever é, claramente, defender a posição do Parlamento, as suas prerrogativas políticas e também a sua eficácia. Este Parlamento, com a sua pesada carga de trabalho legislativa e a sua função de controlo do orçamento e da Comissão, tem de ser também um órgão gerível. Este trabalho só poderá ser feito por um Parlamento, não por um Congresso de Povos. O número de 736 lugares - nas propostas da Convenção e no compromisso italiano - está bastante no limite daquilo que é operacional do ponto de vista organizativo para que o Parlamento funcione. Dar-se-ão conta, sem dúvida, de que é necessário analisar a questão da repartição dos lugares, de, nomeadamente, levar em consideração as preocupações dos Estados-Membros mais pequenos, e de, eventualmente, reconhecer as preocupações de outros Estados no que respeita à sua representação em outras Instituições, mas isto não deverá envolver o sacrifício do princípio da proporcionalidade degressiva, nem aumentar o número total de lugares, já muito elevado. Não se trata de um simples pedido apresentado pelo Parlamento; para que o projecto europeu funcione, as Instituições europeias têm de ser eficazes. Os lugares no Parlamento Europeu não deveriam ser utilizados como fichas de jogo num casino.

Na última lista de pontos que a Presidência ontem distribuiu, e relativamente aos quais não há, até ao momento, um compromisso claro, levantam-se questões muito sensíveis para os Estados-Membros.

O maior desejo do Parlamento é de que, ao tratar destes problemas, Vossas Excelências reconheçam, tal como a Convenção procurou fazer, que o sucesso do projecto europeu exige o reconhecimento da diversidade dos Estados-Membros, mas também a sua igualdade fundamental. As históricas divisões na Europa não devem ser substituídas por novas divisões entre países grandes e países pequenos, entre Norte e Sul, entre Este e Oeste, ou entre novo e velho. Todos os Estados-Membros se devem sentir em sua casa, em condições de igualdade, neste novo edifício europeu.

*
* *

Há algumas vozes que afirmam agora que o Tratado Constitucional não é indispensável ou que, se não chegássemos a qualquer resultado neste fim-de-semana, tal não constituiria um recuo mas apenas um adiamento. Discordo de ambas as afirmações.

Tendo reconhecido o imperativo em Laeken e tendo estabelecido o objectivo em Salónica, adiar ou abandonar agora as nossas tentativas para dotar a União Europeia de uma estrutura institucional eficaz, capaz de enfrentar os novos desafios da nova Europa no novo século, seria reconhecer publicamente a nossa incapacidade de decisão política. A existir qualquer recuo, a opinião pública na União Europeia, já desencantada com aquilo que percebe como desacordo e desordem, e os nossos parceiros do resto do mundo infeririam as suas próprias conclusões.

Não vejo qualquer razão para crer que algumas das questões mais difíceis que temos para resolver se tornem subitamente mais fáceis no Ano Novo, porque não se trata de questões novas ou que exijam um debate adicional. Do que se trata agora é de nelas concentrarmos a nossa atenção para alcançar soluções.

E recuso o pessimismo fatalista daqueles que dizem "É melhor não ter qualquer Constituição do que ter uma má Constituição". Todos queremos uma boa Constituição - e desde que exista vontade política e um verdadeiro esforço no sentido de se alcançarem soluções de compromisso nas nossas discussões, podemos conseguir uma boa Constituição.